



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

Revista de Imprensa
23-06-2009

- 1 - Diabo (O), 23-06-2009, BPN: onde estão os outros culpados?
- 2 - Correio da Manhã, 23-06-2009, Fisco vai investigar IRS de Oliveira e Costa
- 3 - Jornal de Notícias, 23-06-2009, Banco Popular não quer comprar BPN
- 4 - Jornal de Notícias, 23-06-2009, O tempo duro de Constâncio
- 5 - Jornal de Negócios, 23-06-2009, Juros reais dos depósitos a prazo duplicam num ano



BPN: onde estão os outros culpados?

O deputado Nuno Melo afirma que, "seguramente", há "pessoas com ligações a diferentes partidos" envolvidas no caso BNP. Sem excluir "pessoas do PS".

"Há, seguramente, pessoas com ligações a diferentes partidos que, de alguma forma, tiveram protagonismo na vida do BPN nos últimos anos", afirmou no último fim-de-semana o deputado Nuno Melo, eleito pelo CDS-PP para o Parlamento Europeu.

Na sua despedida como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso do Banco Português de Negócios, Melo recordou em entrevista ao matutino 'Diário de Notícias' ser "muito difícil alguém garantir que pessoas doutros partidos (para além do PSD) também não estejam ligadas ao BPN".

Comentando as insinuações feitas durante a campanha eleitoral por Vital Moreira, que pretendeu associar o Partido Social-Democrata à "roubalheira" do BPN, Nuno Melo sorriu: "Eu, se fosse o Vital Moreira, não apostaria nisso, até porque pode ter grandes surpresas...".

E explicou: "Não associo os partidos ao BPN, associo pessoas. Há pessoas sérias e pessoas que não o são. Neste momento da investigação, está quase tudo por saber, mesmo a dimensão dessas ligações. Não pode ignorar-se a possibilidade de também haver pessoas do PS ligadas ao BPN. É normal!".

Para o deputado centrista, estamos perante "um caso de polícia e

isso, normalmente, não tem partido. É uma questão de princípio, é uma questão de carácter ou de falta dele". De resto, "a maior parte do caso BPN está por apurar".

Nuno Melo ganhou protagonismo ao caso BPN ao ser o primeiro deputado a requerer a formação de uma comissão parlamentar de inquérito, há três meses. Ao longo das 42 audições (a mais mediática das quais recebeu no edifício do Parlamento o antigo presidente do Banco, Oliveira e Costa, até agora o único detido), Nuno Melo tornou-se o mais aguerrido dos inquiridores. Os seus confrontos com o governador do Banco de Portugal fizeram furor na Comunicação Social e revelaram a confessada "ingenuidade" de Vítor Constâncio como "regulador" e fiscal último da actividade bancária.

"Acho que muita verdade foi revelada", diz agora Nuno Melo, "mas a justiça terá de ser feita num plano próprio, que é o do Ministério Público e do eventual julgamento que aconteça na sequência do inquérito que está instaurado. Mas não tenho dúvida de que há ainda muita documentação aqui que interessará apurar e averiguar. Quem sabe um dia eu escreva um livro?".

Nuno Melo mantém-se crítico do processo de nacionalização do Banco: "No Parlamento, o ministro das Finanças assegurou que custa-



ria 700 milhões de euros e já vai em 2500 suportados pelos contribuintes", comenta o deputado. Este total, recorda, é "mais do que o valor investido pelo Governo em todos os planos de combate à crise neste país (dois milhões). Significa que o Estado está a gastar com uma mais do que está acessível a mais de 300 mil empresas!".

Terminados os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito, falta ainda aprovar o relató-

rio final. Na sua opinião, este não deve limitar-se "aos actos ilícitos e danosos na gestão do BPN, porque isso será mais ou menos fácil e todos os partidos aprovarão certamente as evidências": para Nuno Melo, "esse relatório terá de apurar os termos da supervisão e a forma como se optou pela nacionalização e aí é que eu espero que o PS não queira branquear o relatório". E concretizou: "A supervisão falhou estrondosamente [...]. Demonstrei

documentalmente que desde 2002 o Banco de Portugal teve todos os indícios daquilo que sucedia no BPN, mas não agiu para além da base prudencial, e isso é que é grave e deverá constar do relatório. Temo bem que o Partido Socialista não vá querer fazê-lo, por razão mais ou menos evidente do ponto de vista político-partidário, e, se assim acontecer, em vez de a comissão fechar com chave de ouro, nesse caso será uma profunda desilusão".



ID: 25645679

23-06-2009

IMPOSTOS ■ EX-BANQUEIRO SERÁ NOTIFICADO PARA CORRIGIR A DECLARAÇÃO

Fisco vai investigar IRS de Oliveira e Costa

■ Finanças querem saber porque é que o ex-presidente não declarou a indemnização de 800 mil

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO/
/DIANA RAMOS

A administração fiscal vai investigar a declaração de IRS de Oliveira e Costa, depois do CM ter noticiado que o ex-presidente do BPN declarou rendimentos de 300 mil euros em 2008, omitindo a indemnização de 800 mil que recebeu para deixar a presidência do banco, em Fevereiro de 2008. O Fisco vai notificar Oliveira e Costa para corrigir a sua declaração de imposto. Se o ex-banqueiro não proceder voluntariamente a essa correcção, será realizada uma liquidação oficiosa.

Em causa está a indemnização de 800 mil euros recebida por Oliveira e Costa quando abandonou a presidência do BPN. Esse valor está documentado no acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Fevereiro, que prolongou a prisão preventiva do ex-banqueiro.

"As indemnizações têm de ser declaradas em IRS tal como estabelece o artigo 2, n.º 4, do Código", afirmou ao CM um responsável do Fisco.

A lei refere que "ficam sempre sujeitas a tributação na parte que exceda o valor correspondente a uma vez e meia o valor médio das remunerações regulares com carácter de retribuição sujeitas a imposto auferidas nos últimos 12 meses". Segundo contas feitas pelo CM, e partindo dos montantes declarados por Oliveira e Costa (260 mil euros pagos pelo BPN), se o ex-banqueiro tivesse declarado integralmente a indemnização recebida, cerca de 350 mil euros estariam isentos de tributação. Permanecem 450 mil euros que não pagaram qualquer tipo de imposto, e que estão sujeitos a uma liquidação adicional de IRS. ■



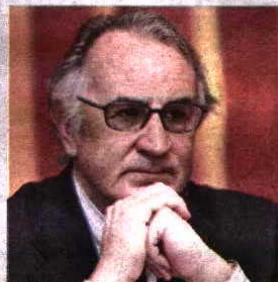
Oliveira e Costa será notificado pelo Fisco para corrigir a declaração de IRS que entregou em Maio

Código do IRS obriga a que se declare as indemnizações recebidas

DISCURSO DIRECTO

FARIA DE OLIVEIRA Presidente da Caixa Geral de Depósitos

"Existe interesse pelo BPN"



Correio da Manhã – A Caixa Geral de Depósitos (CGD) está interessada em adquirir o BPN?
Faria de Oliveira – A actuação da CGD no Banco Português de Negócios limita-se a ajudar o Estado na gestão daquela instituição financeira. Foi isso que nos foi pedido
– Mas o Governo já deu luz verde para a venda do BPN?
– Há interessados na compra do BPN, é tudo o que posso dizer

neste momento...
– Mas interessados no BPN como um todo ou só em parte?
– Responder a isso é ir longe demais... é isso que está a ser analisado.
– Existe algum prazo para a resolução dos problemas do BPN?
– Trata-se de uma questão que não depende da Caixa Geral de Depósitos. Tudo depende do Governo. ■

SAIBA MAIS

● **'OPERAÇÃO FURACÃO'**
Os elementos das Finanças que estão a trabalhar na 'Operação Furacão' vão fornecer elementos às Finanças de Lisboa.

● **100 €**
Se Oliveira e Costa corrigir a sua declaração de IRS dois dias após ter recebido a notificação a multa (que é inicialmente de cem euros) é reduzida para 25 euros.

● **42%**
é a taxa de IRS que deverá ser aplicada a Oliveira e Costa em virtude dos rendimentos auferidos durante 2008.

● **LIQUIDAÇÃO OFICIOSA**
Se depois da notificação o contribuinte não corrigir a sua declaração de imposto, a administração fiscal fará uma liquidação oficiosa com os montantes que considera correctos. O contribuinte tem o poder de reclamar gratuitamente.





BANCA

Banco Popular não quer comprar BPN

➔ O Banco Popular não está interessado na compra do Banco Português de Negócios (BPN). Fonte oficial do banco, citada pela agência Lusa, garantiu que “neste momento, o Banco Popular não está a considerar qualquer aquisição no mercado bancário português”.

O BPN foi nacionalizado em Novembro do ano passado, e o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, disse a 21 de Maio que a solução que defende para o banco é vender, e que só condições de mercado ou falta de interessados o levarão a ponderar outras possibilidades.

Entretanto, o Montepio Geral veio a público manifestar o seu interesse na compra do banco nacionalizado, ao passo que a Caixa Geral de Depósitos (CGD), que actualmente gere o BPN, assegurou que o banco não será vendido a qualquer preço, sinalizando que estará disponível para apresentar uma proposta. Fora desta corrida estão o BCP, o Santander Totta e o Crédito Agrícola. ■



O tempo duro de Constâncio



CAUSA E FEITO

PAULO FERREIRA
Subdirector

Preto no Branco

1 O governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, é uma daquelas figuras de Estado que nos habituámos a respeitar, pela sua honestidade pessoal e intelectual. Ouvimo-lo sempre com devida atenção quando a instituição que dirige nos transmite com regularidade o retrato da economia portuguesa (ultimamente, ouvimo-lo com temor, porque o retrato é sempre feio...). O ex-candidato a primeiro-ministro é, de resto, respeitado dentro da sua área de especialidade (consta que é dos mais escutados nas reuniões do Banco Central Europeu) e fora dela.

Por tudo isto – e pela importância institucional do BdP –, custa ver Vítor Constâncio enleado numa série de episódios que lhe enviesam a imagem e questionam a qualidade do trabalho que tem vindo a desenvolver enquanto líder do banco central. A coisa chegou a tal ponto que há cada vez mais gente a perguntar – uns de forma interesseira, outros de forma interessada – se Constâncio ainda tem condições para permanecer à frente do BdP.

Façamos um curto relato dos episódios deste filme ainda sem epílogo.

O governador começou a ser politicamente fustigado quando, a pedido do Governo Sócrates, avaliou o valor do défice deixado pelo Executivo de Santana. O tempo amainou a polémica. Até que chegaram, por esta ordem, as “bombas” BCP, BPN e

BPP. A prestação do BdP nestes casos, sobretudo no que diz respeito à sua capacidade de supervisão, foi posta em causa uma e outra vez. No Parlamento, a comissão de inquérito ao “caso BPN” fez-lhe muita moossa.

Como se isso não bastasse, ontem foi conhecido o relatório anual da Provedoria de Justiça. Ali se diz que a cooperação do BdP com uma das mais importantes instituições de defesa dos direitos dos cidadãos perante o Estado “ficou bastante aquém do desejado: as respostas prestadas a questões colocadas de forma clara e directa são manifestamente insuficientes”. O resumo é duro.

Definitivamente, a vida não está fácil para Vítor Constâncio. Mas pode piorar. Se o relatório da comissão de inquérito for severo para o

BdP, a margem de manobra do governador passa de escassa a ínfima. Nessa altura, Constâncio será obrigado a pensar muito bem se a sua presença no BdP deixou de ser uma mais-valia e passou a ser um incómodo.

2 “A Bola” explicou-nos ontem como os espanhóis se preparavam para tomar o Benfica de assalto, caso José Eduardo Moniz fosse a votos e ganhasse a Luís Filipe Vieira. O estratagema previa mesmo a “privatização” (credo!) do futebol do Benfica. Ou muito me engano, ou esta novela vai animar o Verão. ■

SE O RELATÓRIO da comissão de inquérito ao “caso BPN” for severo, Constâncio terá que pensar se a sua presença no BdP não passou de uma mais-valia a um incómodo



RENDIMENTO E INFLAÇÃO

Juros reais dos depósitos a prazo duplicam num ano

Queda das taxas nas aplicações sem risco é mais do que compensada com a inflação negativa. A rentabilidade quase duplicou nos últimos 12 meses

PAULO MOUTINHO
paulomoutinho@negocios.pt
PATRICIA ABREU
pabreu@negocios.pt

A aversão ao risco mantém-se. E, por isso, são ainda muitos os portugueses que procuram nos "tradicionais" depósitos a prazo protecção para as suas poupanças. Nem a queda abrupta das remunerações apresentadas pelos bancos afasta os investidores que, ainda assim, vêem os ganhos reais quase duplicar, no espaço de um ano. Um reflexo da descida da inflação para níveis negativos.

Os últimos dados do Banco de Portugal revelam que as instituições financeiras, a operar em Portugal, continuam a cortar nos juros oferecidos nestas aplicações a prazo. No Boletim Mensal que será divulgado hoje, poderá verificar-se que em Abril, a taxa média aplicada aos depósitos com prazos até um ano caíram para 2,23%, sendo este um novo mínimo de Março de 2003.

Contudo, para avaliar a taxa real destas aplicações, é necessário ter em consideração as taxas de inflação. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), no mesmo mês, em Abril, o índice de preços no consumidor, que já estava negativo em Março, apresentou uma variação homóloga de menos 0,5%. Ou seja, mesmo com a queda dos juros dos depósitos, o retorno real das aplicações quase duplicou num ano.

Ao colocar as suas poupanças num depósito a prazo, o aforrador conquista uma rentabilidade real de 2,73%. Em Abril de 2008, ainda com as Euribor em níveis elevados, a média das taxas de juros praticadas nos depósitos a prazo estava nos 4,1%. Mas parte desse retorno era anulada pela inflação de 2,5%.

Se aplicasse 5.000 euros num depósito a prazo em Abril do ano passado, no final do mesmo mês deste ano, obteriam um retorno de 205 euros, que na realidade não seria mais do que 80 euros, considerando o aumento generalizado dos preços. O mesmo investimento, este ano, permite-lhe um ganho real de 136,50 euros, 70% superior.

A taxa de inflação na Zona Euro recuou para zero, em Maio. Em Portugal, os preços no consumidor apresentam uma variação homóloga negativa de 1,2%, no mesmo mês, sendo o segundo país com a inflação mais baixa, só superado pela Irlanda. E as perspectivas são de manutenção da tendência. Mesmo com a continuada queda dos juros nos depósitos, e também dos certificados de aforro, a rentabilidade real mantém-se alta, e a subir.

Teresa Gil Pinheiro, economista do BPI, que aponta para uma inflação média negativa em 0,3%, para o total de 2009, afirmou ao **Negócios** que "tendo em conta que o contexto [económico] é ainda de alguma incerteza quanto à retoma, pese embora alguns sinais de melhoria, estas talvez sejam as aplicações mais razoáveis".

"Os últimos indicadores têm revelado que o grau de deterioração da economia é menor. Isto não quer dizer que há uma recuperação", sustenta. Mas lembra que há, contudo, agora um maior optimismo quanto à evolução da economia, factor que tem sustentado a recuperação recente dos mercados accionistas.

Desde Março, as bolsas dispararam mais de 20%, desempenho para o qual contribuíram os primeiros sinais de estabilização dos indicadores macroeconómicos. A escalada das acções ganhou sustento, também, no cada vez maior apetite dos investidores pelo risco, em detrimento de aplicações seguras.

Bancos continuam a cortar nas taxas de juro nominais dos depósitos. Em Abril, a rentabilidade média caiu para níveis de 2003.

Inflação negativa atenua impacto da queda dos juros nas aplicações sem risco, tendência que deverá manter-se ao longo do ano.



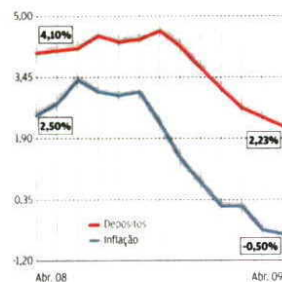
Portugueses têm 115 mil milhões

A queda da rentabilidade dos "tradicionais" depósitos a prazo não "assusta" os portugueses que continuam

a confiar aos cofres dos bancos grande parte das suas poupanças. Os últimos dados do Banco de Portugal revelam

Miguel Baltazar

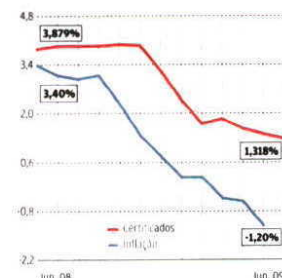
INFLAÇÃO NEGATIVA "SOBE" JUROS
EVOLUÇÃO DAS TAXAS NO ÚLTIMO ANO



Fonte: Banco de Portugal

Os dados estatísticos do Banco de Portugal não deixam dúvidas. As taxas de juro nas aplicações a prazo estão em queda, e de forma acentuada. No Boletim Mensal, que será publicado hoje, a taxa média aplicada aos depósitos até um ano, em Portugal, durante o mês de Abril, caiu para 2,21%, dos 2,47% verificados no mês anterior. Apesar da quebra das remunerações oferecidas pelos bancos nestas aplicações a prazo, o retorno real aumentou 70% face ao ano anterior, devido à evolução negativa da inflação no período, que se situou no mês passado em -0,5%.

EURIBOR AFUNDAM CERTIFICADOS
EVOLUÇÃO DAS TAXAS NO ÚLTIMO ANO



Fonte: IGCP e cálculos do Negócios

A indexação da rentabilidade dos certificados de aforro à Euribor a três meses foi positiva para os investidores no decorrer do ano 2008, dada a escalada das taxas interbancárias. Contudo, desde a primeira intervenção do Banco Central Europeu, em Outubro, o cenário inverteu-se, tendo as taxas de juro aplicadas a este produto de poupança do Estado sofrido quedas acentuadas. Os retornos afundaram para níveis historicamente baixos, afastando os investidores e "obrigando" o Governo a alterar a fórmula de cálculo no final de Fevereiro.

Aplicações a prazo longe das "super taxas"

Rendibilidade mais elevada não chega sequer aos 2% e há aplicações com juros aquém da taxa de referência do Banco Central Europeu

Longe vão os tempos em que os depósitos eram uma opção vantajosa. Continuam a ser das aplicações preferidas dos portugueses, especialmente pelo risco nulo que oferecem, mas as famosas "super taxas" já não existem. A rentabilidade destas aplicações está em queda acentuada, e há mesmo depósitos no mercado que oferecem taxas abaixo do juro de referência da Zona Euro.

O **Negócios** pesquisou nas páginas da Internet das instituições financeiras as melhores taxas para aplicações até um ano e concluiu que, em média, os depósitos a prazo (até um ano), incluindo ofertas promocionais (para novos clientes ou novos recursos), estão a apresentar uma remuneração bruta anual de 1,65%, sem considerar a inflação. Há um ano, e de acordo com os dados do Banco de Portugal, o juro era de 4,2%. Entre as instituições financeiras

consideradas, o Banif é o que apresenta a taxa mais atractiva. Com o "Depósito a Prazo Banif@st", e considerando uma aplicação de 5.000 euros, passando um ano e deduzidos os impostos, o aforrador conseguirá um rendimento de 1,72%. Ou seja, no final do período contratado, além dos 5.000 euros iniciais, contará com mais 86 euros.

A maioria das aplicações a prazo oferece-lhe um retorno líquido superior a 50 euros. Mas há excepções, como é o caso da Caixa Geral de Depósitos (CGD). O banco do Estado apresenta uma taxa bruta de 1%, a menos atractiva. Em termos líquidos, contará com um juro de 0,8%. Já o BPN, instituição nacionalizada e que está sob gestão da CGD, oferece uma taxa líquida de 1,68%.

Apesar do fim das "super taxas", explicado com a descida abrupta das taxas de referência,

TAXAS EM QUEDA LIVRE

Banco	Produto	Taxa*
Banif	DP Banif@st	1,72%
BPN	DP Promocional	1,68%
Santander	NetBanco Cresc.	1,50%
BEST	Standard	1,44%
BES	BESnet S. Rend.	1,36%
BIG	DP a 1 Ano	1,30%
BPI	DP Promo BPI	1,28%
Montepio	S. D. Net	1,20%
ActivoBank7	D. Net Activo	1,20%
BCP	net90	1,00%
CGD	DP	0,80%

Fonte: Páginas da Internet das respectivas instituições financeiras * Rentabilidade anual líquida.

e das taxas interbancárias, além da normalização dos mercados de crédito, que permitiram aos bancos recorrer a outras fontes de financiamento, os portugueses mantêm 115.680 milhões de euros em aplicações a prazo. **PM**

Certificados renovam mínimo histórico em Julho

A taxa aplicada às novas subscrições, no próximo mês, volta a cair. Atinge um novo recorde negativo nos 1,316%

São cada vez menos os portugueses que confiam as suas poupanças aos certificados de aforro, uma tendência que tem vindo a acentuar-se. A baixa remuneração conferida por este produto justifica a fuga. Movimento que tenderá a agravar-se com a continuação da descida das taxas de juro. Em Julho, as novas subscrições vão contar com o juro mais baixo de sempre.

Faltam ainda três sessões para auferir a taxa definitiva que será aplicada aos certificados que forem emitidos no próximo mês, ou cuja revisão seja efectuada em Julho (sendo que estes poderão já beneficiar de prémios de permanência) mas já é possível afirmar que a taxa vai fixar-se num novo mínimo histórico, pelo terceiro mês consecutivo, nos 1,316%, excluindo o impacto da inflação.

É uma quebra muito ligeira, face à rentabilidade apresentada por este produto de poupança do

Estado em Junho. Face ao último mês de 2008, a taxa dos certificados já caiu mais de 190 pontos base, sendo que neste primeiro semestre apenas em Março se observou um aumento na rentabilidade, reflectindo as alterações à fórmula de cálculo, que resultaram num aumento da taxa praticada. Os prémios de permanência também subiram.

A descida é justificada com a queda constante das Euribor. A taxa a três meses, que serve de indexante à rentabilidade deste produto, prossegue a movimentação descendente e aproxima-se, cada vez mais, do nível da taxa directora do Banco Central Europeu, de 1%.

Esta quebra na rentabilidade tem afastado os investidores. No acumulado, só em 2009 já desapareceram dos certificados 35 milhões de euros. Em Maio, e segundo o IGCP, desapareceram mais 12 milhões de euros. **PM**

PRÉMIOS AJUDAM TAXAS

Mês da emissão	Desde	Tx. Juro
2008		
Jan./Abr.	Abr-09	2,10%
Fev./Mai.	Mai-09	1,95%
Mar./Jun.	Jun-09	1,82%
Jul./Out.	Abr-09	1,60%
Ago./Nov.	Mai-09	1,45%
Set./Dez.	Mar-09	1,32%
2009		
Jan./Abr.	Abr-09	1,60%
Fev./Mai.	Mai-09	1,45%
Mar./Jun.	Jun-09	1,32%

Fonte: IGCP

A incorporação dos prémios de permanência, a partir do 12º mês, eleva a taxa de juro oferecida por este produto de poupança do Estado. Além disso, os certificados de aforro oferecem ainda a capitalização dos juros.

e em depósitos

que os aforradores nacionais têm 115 mil milhões de euros investidos nestes produtos sem risco.

Rendimento e inflação

A estabilidade de preços transformada em montanha russa

Num ano passámos de um cenário de risco de inflação elevada, para outro de ameaça de deflação. Nas últimas semanas regressaram os receios com a inflação.



Pedro Elias

A força da inflação | Num ano, o poder de compra desceu, subiu e pode agora descer de novo apenas por efeito da variação dos preços

RUI PERES JORGE
rperjorge@negocios.pt

A segurança sobre a estabilidade de preços que marcou o passado recente nas economias ocidentais foi abalada no ano passado por uma incerteza pouco habitual sobre a evolução futura da inflação. Primeiro foi o forte aumento nos preços dos combustíveis e alimentos que a meio de 2008 ameaçou levar a inflação a níveis recorde; depois veio uma forte queda de preços associada à recessão, e com ela o espectro de deflação que tem marcado os últimos meses. Agora, o maior receio, em especial nos EUA, é o de que no futuro próximo o tabuleiro se inverta novamente, e traga consigo um forte aumento da inflação.

As várias dinâmicas que marcam a economia mundial nos últimos dois anos transformaram a estabilidade, até agora tida como adquirida, no que mais parece ser uma montanha russa. Esta variação de preços ataca um dos principais "ativos" das economias desenvolvidas.

A estabilidade é importante por várias razões: permite às empresas projectar com mais certeza as receitas e lucros e, logo, programar os seus investimentos; ajuda as famílias a antecipar quanto é que, em termos reais, vão perder dos seus salários em cada ano; e permite ainda a todos os agentes económicos projectar com segurança os impactos da inflação nas poupanças, nas dívidas e nos investimentos.

Esta certeza sobre a evolução de uma das variáveis principais da economia é considerada uma das vitórias da política económica moderna e da actividade dos bancos centrais. Uma vitória que pode estar em risco.

Investidores nos EUA nervosos com o espectro de inflação

Nas últimas semanas as taxas de juro das obrigações a dez anos nos EUA têm estado a subir. Porquê? A resposta está no crescente receio de que, após o início da recuperação da actividade económica, a liquidez injectada pela Reserva Federal na economia norte-americana resulte

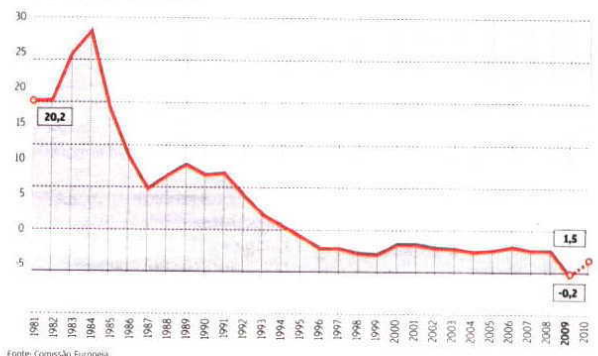
num surto de inflação de difícil controlo a médio prazo.

Ben Bernanke e a equipa de governadores reúnem hoje e amanhã para debater a política monetária, e são cada vez mais os que pedem um plano de secagem da liquidez injectada. "Os mercados não percebem qual será a estratégia de saída da crise da Fed. Estão confusos", afirmou à agência Bloomberg Lyle Gramley, um conselheiro económico da Soleil Securities e ex-membro da Reserva Federal. O balanço da Fed aumentou de cerca de 800 mil milhões de dólares antes da crise para os actuais dois biliões, um valor que poderá chegar a três biliões até final do ano. Os investidores estão preocupados pois uma parte significativa deste aumento foi feito através de empréstimos e compras de activos a empresas, uma posição que pode ser difícil de reverter.

Na Europa as preocupações são menores pois o BCE ainda não comprou activos ou fez empréstimos directamente a empresas ou aos Estados.

GRANDE MODERAÇÃO DA ÚLTIMA DÉCADA FOI INTERROMPIDA

TAXA DE INFLAÇÃO EM PORTUGAL



A adesão à Zona Euro trouxe a inflação baixa para Portugal, tendo os últimos dez anos sido marcado por uma grande moderação na evolução dos preços. Esse cenário foi interrompido este ano, que deverá ser marcado por deflação. Ainda ninguém fala de aumento forte de inflação.



PERGUNTAS A ...

● **PAULA CARVALHO**

ECONOMISTA NO BPI

“É prematuro falar de regresso da inflação”

Como avalia os riscos de regresso da inflação elevada que alguns mercados estão a antecipar?

Creio que é um pouco prematuro falar em riscos de inflação. Ainda persistem muitas incertezas e os indicadores de actividade não mostram uma recuperação sustentada. Hoje [ontem], por exemplo, foi conhecida a recuperação pelo terceiro mês no Ifo [um indicador de confiança dos empresários alemães], mas essa evolução resultou das expectativas sobre o futuro – a avaliação da actividade corrente até recuou.

O que justifica o aumento das taxas de juro das obrigações do Tesouro dos EUA?

Apesar de considerar que os riscos de inflação são reduzidos, há de facto algum receio por parte dos investidores nesses mercados de que, a prazo, a inflação regresse em força. O receio é justificado pelos estimulos orçamentais e monetários muito significativos concedidos por governos e bancos centrais. Especialmente na política monetária, as injeções de liquidez não estão a ter muito efeito porque o sistema bancário não regressou à normalidade. Quando isso acontecer, e a actividade económica começar a recuperar, haverá riscos de inflação se os bancos centrais não reagirem com a rapidez adequada na secagem dessa liquidez. É esse receio que mercados muito líquidos, como o das obrigações alemãs e norte-americanas, estão a acusar. Devemos, contudo, ter em conta que este é um momento ingrato para a interpretação dos indicadores financeiros. Isto porque dada a elevada incerteza, as variáveis financeiras tendem a sobre-reagir.

A maior variabilidade nas expectativas de inflação poderá ter impactos negativos?

A volatilidade que tem mar-

Há algum receio de que os bancos centrais não consigam secar a liquidez concedida, o que geraria inflação

Devemos ter em conta que dada a incerteza as variáveis financeiras tendem a sobre-reagir

cado o último ano tenderá a esbater-se. Creio que regressaremos ao ambiente a que estávamos habituados antes da crise. Mas o momento dessa estabilização dependerá, por um lado, da resolução dos problemas associados aos elevados estimulos orçamentais e monetários e, por outro, da evolução do preço do petróleo, para o qual ainda não há substituto nem certezas sobre quando é que a dependência das economias desenvolvidas irá diminuir de forma significativa. Como disse, o nosso cenário central é o de regresso a um enquadramento de estabilidade de preços. Se tal não acontecesse é claro que, por exemplo, uma situação de deflação incentivaria o adiamento do consumo e dos investimentos.

SOLUÇÕES DE INVESTIMENTO

Se acredita que a crise pode estar prestes a ficar para trás e está disposto a assumir uma pequena dose de risco, há várias soluções de investimento que poderão alcançar retornos atractivos.

Empresas com dividendo fazem a diferença

Embora os últimos meses tenham sido de contenção, devido ao elevado grau de incerteza, com os primeiros sinais de recuperação a chegarem aos mercados accionistas, o investimento em bolsa pode ser uma boa alternativa para os investidores que estejam dispostos a assumir uma pequena dose de risco. Depois das quedas históricas do último ano e, apesar da forte subida registada desde o passado mês de Março, os analistas continuam confiantes no valor das acções. As empresas com remuneração de dividendo oferecem uma protecção extra. No caso da bolsa portuguesa, apenas cinco empresas não remuneram os accionistas. Portugal Telecom (PT), Brisa e Portucel são as companhias que oferecem os melhores retornos de dividendo. No caso da maior operadora nacional, o “dividend yield” é de cerca de 9%. Ou seja, caso aplique 1.000 euros em acções da companhia, vai ganhar à partida 9%, aos quais vão acrescer uma eventual valorização dos títulos no período da aplicação. Mesmo que as acções caiam, desde que a queda seja inferior ao valor do dividendo, continuará a obter ganhos.

PT REMUNERA MELHOR

Empresa	Dividend yield
Portugal Telecom	8,99%
Brisa	6,12%
Portucel	6%
REN	5,45%
Energias de Portugal	5,15%
Semapa	4,43%
Sonae SGPS	4,39%
Zon Multimédia	4,21%
BES	4,17%
Banco BPI	3,65%

Fonte: empresas.

Fundos oferecem produtos para vários gostos

Os fundos de investimento são outra das opções de investimento ao dispor dos aforradores. Geridos por profissionais, os activos sob gestão dão aos investidores a tranquilidade do seu capital ser aplicado por equipas que se responsabilizam pela sua gestão e são adequados para investidores sem conhecimento profundo do mercado. Tal como acontece nas acções, a exposição recomendada é de longo prazo. Aqui, o leque de opções é variado. Matérias-primas, acções, obrigações, mercados emergentes ou empresas especializadas em determinados sectores são apenas alguns exemplos de áreas de cobertura dos fundos. Para investidores mais conservadores existem activos com risco mais baixo, como é o caso do CAAM Funds Volatility World Eqs S Acc, onde o risco a um ano é de 17,49%. Já para investidores mais agressivos, os fundos de acções, como o JPM Highbridge US STEEP D (acc) - EUR, com um risco de 61,85%, podem ser uma boa opção. O Negócios seleccionou os fundos com o melhor desempenho a um ano, com risco mais elevado e mais baixo. Mas não esqueça que rentabilidades passadas não dão garantias futuras.

FUNDOS COM MENOR RISCO

Fundo	Retorno 1 ano
CAAM Funds Volatility World	40,1%
CAAM Funds Global Aggreg.	36,8%
PIMCO Total Return Bond	20,6%
Dexia Bds USD Government	19,9%

ACTIVOS MAIS AGRESSIVOS

Fundo	Retorno 1 ano
JPM Highbridge US STEEP	57,5%
ING (L) Renta Fund YEN	27,3%
Eurizon EasyFund Bond JPY	26,9%
Pictet Funds (LUX) JPY Liquid.	25,2%

Fonte: Morningstar.

Oportunidades nas obrigações de empresas

A crise que se instalou nos mercados mundiais levou os investidores a procurarem refúgio em dívida pública, colocando as rentabilidades destas obrigações em valores praticamente nulos. Já no caso das obrigações de empresas, o efeito da crise foi exactamente o contrário. Com as companhias a descontarem cenários de falência em níveis da Grande Depressão, as empresas são obrigadas a pagarem juros elevados para conseguirem emitir dívida no mercado. Para os estrategas, há aqui oportunidades de investimento únicas. O truque é ser selectivo e escolher as melhores empresas. Por isso, é essencial conhecer os fundamentais da companhia emitente, bem como fazer uma avaliação cuidada dos riscos de crédito da empresa, olhando com especial atenção para as análises das agências de “rating”. Apesar dos preços atractivos e das possibilidades de retornos altos, a volatilidade mantém-se elevada neste sector. Os investidores podem comprar directamente títulos de dívida ou optar por alocar parte do seu investimento em fundos direccionados para o sector, como os exemplos da tabela abaixo.

MELHOR ACTIVO RENDE 20%

Fundo	Retorno 1 ano
Schroder ISF Global Corp.	19,9%
CAAM Funds Global Bond	19,6%
PIMCO Total Return Bond	19,5%
Parvest Global Corp. Bond	18,8%
Schroder ISF Strategic Bond	18,5%
Schroder ISF Euro Corp.	12%
Pictet Funds (LUX) EUR	10,2%
Invesco Euro Corp. Bond	8,2%
Morgan Stanley Invest. Funds	6,6%
Parvest Euro Corp Bond	4,2%

Fonte: Morningstar



ID: 25644397

23-06-2009

Juros do crédito à habitação são dos mais baixos do euro

● Bancos nacionais cobram 2,7% contra 3,3% na Zona Euro

Os empréstimos à habitação em Portugal são os terceiros mais baratos entre os 16 da área do euro, muito por efeito do facto de a maior parte dos créditos estar indexada às Euribor, que estão em queda desde Outubro. Já nos fi-

nanciamentos às empresas, a banca em Portugal cobra juros mais elevados. A queda das taxas aplicadas neste segmento não foi repercutida de igual forma junto das companhias nacionais, como na Zona Euro. **Mercados 17**